



ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO COMITÊ LGBTI+ — 11/02/2025

4 Ao décimo primeiro dia do mês de Fevereiro do ano de 2025, às 14h00, na sala de
 5 Gestão, em formato *híbrido* por meio do *link* fornecido para todos os membros, Jane
 6 Cristina Lobato Vasques deu início a primeira Reunião Plenária de 2025 do Comitê
 7 Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de
 8 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras
 9 Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná
 10 (Comitê LGBTI+ PR). Jane apresentou a nova Secretária Executiva do Comitê
 11 LGBTI+, Lisandra Silvério. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia
 12 **Titulares Governamentais: NÁDIA LEANDRO; Suplentes Governamentais: JANE**
 13 **CRISTINA LOBATO VASQUES (SEJU); Titulares Governamentais: JOANES**
 14 **BARAUNES (SEEC); Titulares Governamentais: MARA CARMEM RIBEIRO**
 15 **FRANZOLOSO; Suplentes Governamentais: LUCIMAR PASIN DE GODOY**
 16 **(SESA); Titulares Governamentais: SANDRA MÁRCIA (DEPEN); Titulares**
 17 **Governamentais: Nancy Shen (SEMIPI); Titulares da Sociedade Civil: MATEUS**
 18 **CESAR COSTA; Suplentes da Sociedade Civil: GLEYCY ALVES DOS SANTOS**
 19 **(Grupo Dignidade); Titulares da Sociedade Civil: RENATA CORRÊA RAMOS**
 20 **(CRP); Titulares da Sociedade Civil: JESUS MANOEL REGGES BOLIVAR (Ação**
 21 **Social Irmandade sem Fronteira); Titulares da Sociedade Civil: THAIS BOA**
 22 **MORTE; Suplentes da Sociedade Civil: MURILO PRADA DO CARMO (Associação**
 23 **Flor de Lis LGBT); Titulares da Sociedade Civil: BRUNA RAVENA BRAGA DOS**
 24 **SANTOS; Suplentes da Sociedade Civil: ZION MOHAMAD SLEIMAN (CASA DE**
 25 **MALHÚ); Titulares da Sociedade Civil: MARIA ANGELA STRAPASSON (CEPAC);**
 26 **Titulares da Sociedade Civil: KALYNKA OLIVEIRA FELICIANO (ABRAFH).**
 27 **Representantes Convidados Colaboradores/Ouvintes: LISANDRA SILVÉRIO**
 28 **(SECRETÁRIA EXECUTIVA/SEJU); VITOR AMARAL; LEONARDO BRASILEIRO**
 29 **(CODH); JHONATAN (CODH); LEANDRO (CODH); DAVID ANTUNES (SEMIPI);**
 30 **FERNANDO RATHES (MUNICÍPIO DE CURITIBA); ANTONIO VICTOR BARBOSA**



31 (DEFENSOR PÚBLICO). **Justificativa de Ausência:** Gizele Cristina Carneiro;
32 Melissa Colbert Mello. **1. Abertura:** Lisandra realizou a chamada nominal para
33 registro em ata. Após passou a palavra ao Coordenador, Mateus. **2. Aprovação da**
34 **Pauta:** Mateus informa que a Pauta será uma reunião aberta, os participantes da
35 Sociedade Civil, dos Interiores ou de Curitiba também, podem participar, tirar
36 dúvidas. Estamos fazendo esse ciclo da qual essa reunião faz parte, para trazer
37 informações para todas as pessoas, e incentivar a realização das Conferências
38 Municipais, que talvez seja o nosso principal desafio, sabemos que as vezes é um
39 pouco difícil para os Interiores fazer esse tipo de movimento, então precisamos que
40 a Sociedade Civil incentive também para que esses movimentos aconteçam, para
41 sairmos e chegarmos fortalecidos na Conferência Estadual, e irmos fortalecidos para
42 a Conferência Nacional. **Inclusão de Pauta:** Jane Lobato Vasques fala da inclusão
43 da Pauta, na pasta da aprovação de Pauta, sobre a Sensibilização e Legislação na
44 Atuação da Polícia Militar do Paraná nos atendimentos das mulheres Trans.
45 Aprovada sem ressalvas. Jane passa a palavra para o Capitão Vitor Amaral, que se
46 apresenta e informa que atualmente trabalha no Sub Comando Geral da Polícia
47 Militar do Paraná, juntamente com a colega, a Sargenta Marina aqui presente.
48 Trabalham na frente de uma Política Institucional de enfrentamento na violência
49 contra as mulheres. Em 2024, iniciou-se um trabalho com a criação de uma
50 Coordenaria da própria lei Maria da Penha da Polícia Militar do Paraná, e também foi
51 criado uma Seção entre a Polícia Militar e os Direitos Humanos, coordenando esse
52 Setor e atuávamos nessas demandas pela PM do Paraná. Também em 2022,
53 tivemos a publicação de uma Diretriz Interna, que regulamenta essa Política
54 Institucional da mulher em situação de violência, e houve uma mudança na atuação
55 da PM, foi que as próprias mulheres da Polícia estão fazendo um trabalho
56 preventivo, para as mulheres que se identificam estar em situação de risco, a
57 equipe da PM tem abordado essas mulheres nos Centros Comunitários, para ajudar
58 que ela chegue até a rede de enfrentamento e atendimento para que ela consiga
59 quebrar o ciclo da violência e ter acesso aos equipamentos Públicos e está sendo
60 trabalhado a Capacitação de Policiais Militares e de conscientização, para



61 possibilitar também que as mulheres em situação de violência sejam atendidas de
62 forma respeitosa por parte do Policial e logicamente pensando nas Políticas de
63 Atendimento a Mulher, as mulheres Trans também estão incluídas nessa atividade
64 da PM, porque também estão sujeitas a situações de violência doméstica, e a Lei
65 Maria da Penha está aí para protegê-las, em casos de urgência, pode ser concedida
66 a Medida Protetiva e a PM hoje tem trabalhado também para garantir que quando
67 tem um agressor, para que ele realmente não se aproxime, que a mulher se sinta
68 mais segura, protegida pela PM, se houver um descumprimento liga para a PM que
69 fará a prisão em flagrante e dará os encaminhamentos. Um trabalho para que
70 diminua a morte de mulheres por feminicídio, que inclusive tem aumentado nos
71 últimos tempos, então isso exige que se reúna mais esforços para poder suprir as
72 demandas, e as mulheres Trans, sabemos que não só pela questão de gênero
73 feminino, mas por outros motivos acabam carregando muitas formas de violência
74 também. No ano passado a Polícia Militar fez Capacitação e um dos temas
75 colocados foi sobre a situação de gênero e alguns manuais sobre LGBTFOBIA,
76 para que nossos Policiais compreendam mais essa linguagem e sejam
77 sensibilizados, e a questão do preenchimento do Boletim de Ocorrência usando o
78 Nome Social, pois tivemos alguns relatos nesse sentido, algumas denúncias de
79 pessoas que não tiveram esse direito respeitado na hora do preenchimento pela
80 PM, estão trabalhando para que todos se conscientizem e respeitem os Direitos dos
81 LGBTI+. A seguir a Sargenta Marina da Polícia Militar do Paraná, ressalta também
82 algumas outras questões diferenciadas em abordagem policial, que a PM tem o
83 objetivo de buscar o conhecimento das necessidades específicas para aprimorar o
84 atendimento, e que chegue em todos os Municípios do Paraná, o apoio para
85 confecção do material foi disponibilizado por Renata Bueno que faz parte do
86 Conselho da Mulher. Bruna parabeniza a apresentação da PM e as ações
87 afirmativas voltada as mulheres do Estado do Paraná, fala que orgulha, mas que
88 também preocupa, porque a não publicização desse conhecimento, dessa visão e
89 dessa Política para a população que é mais vulnerável, que são as mulheres Trans e
90 Travestis do Estado do Paraná, e não é só violência doméstica, mas também



91 física, moral, e muitas das vezes pela própria guarnição Policial, no ato de solicitar
92 socorro e em certos casos haver uma omissão de socorro para parte dessas
93 mulheres travestis que estão a marginalização, ressalta a importância do papel da
94 PM de tomar essa decisão de melhorar, qualificar e letrar seus servidores, a frente
95 Policial, para melhorar a qualidade de atendimento e a sensibilidade, também fala
96 da importância de um trabalho em conjunto com outras secretarias, fazer uma
97 atividade de visibilidade Trans dentro do Estado do Paraná, e mostrar o que o
98 estado vem fazendo, trazendo uma conscientização a todas as mulheres Trans e
99 LBTs, e assim para terem a possibilidade de saber que serão atendidas com
100 dignidade e humanidade. Lucimar parabeniza a Polícia Militar pelo esforço em
101 colaborar nessas mudanças, e faz uma observação, na questão do Boletim de
102 Ocorrência, foi um assunto muito trabalhado e que muitas pessoas contribuíram
103 nesse processo. Jane reafirmou o longo caminho e as contribuições das pessoas
104 que de direito e de fato entendem dessa Política. Bruna relata o caso de uma
105 Conselheira do Município de Apucarana em que a questão do Boletim de Ocorrência
106 não teria sido implementado. E complementa que de fato quando as Políticas são
107 implementadas, funcionam muito bem na Capital, porque as Coordenações estão
108 ativamente dentro desse espaço, mas demoram chegar no Interior do Estado, e
109 quando a Conselheira alegou que a Política não estava funcionando no seu
110 Município, houve um retrocesso de não divulgação. Complementa, que esse pode
111 ser o momento da Coordenação do Comitê LGBTI junto com o CODH, com a
112 Coordenadora dos Conselhos, dialogar com as outras Coordenações, Políticas e
113 Secretarias, para um possível lançamento do Boletim de Ocorrência, do Informe da
114 Polícia Paraná, do Informe do Comitê LGBT, para a sociedade saber que já existe, e
115 se aquele processo não existe e nem está configurado no seu Município, que haja
116 um Canal de Notificação e Monitoramento para que as políticas cheguem em todos
117 os trezentos e noventa e nove Municípios do Estado do Paraná. E que se a própria
118 PM for notificada localmente dessas mudanças e informações, os próprios agentes
119 de segurança notifiquem o Estado de que o sistema não está funcionando no
120 Município. Faz uma solicitação de Pauta, uma Ação, uma Live Coletiva com todos



121 esses Órgãos e Secretarias ou um possível encontro com Lideranças contempladas
122 para que elas possam levar para a base para que ocorra essa colaboração. Jane
123 comenta que realmente foi uma pauta que ficou pendente a questão do Boletim de
124 Ocorrência no Município de Apucarana e na época era recente, e fala da
125 necessidade de verificar como ficou essa questão. reforça as palavras da Bruna
126 sobre a necessidade da divulgação dessas ações, que é um desafio tratar dessas
127 questões, agradece a participação da PM, e coloca o Comitê em disposição nas
128 questões de conscientização. Jane informa ao Capitão Vitor um questionamento
129 feito pelo Conselho da Mulher sobre qual é a abordagem geral da População em
130 Situação de Rua, se seguem um padrão e irá encaminhar esse documento para o
131 Capitão Vitor verificar se está correto. Também fala sobre sua participação
132 juntamente com o Capitão Vitor na Caravana da Mulher, realizada em vários
133 Municípios do Paraná, e que teve algumas apresentações para as Secretarias de
134 Assistência Social, para as Secretarias daquele Município e para a População em
135 geral que estava presente sobre o nosso trabalho, o do Estado, da PM, quais são as
136 Políticas que tem dentro da SEJU, na SEMIPI, bem como a população pode acionar
137 isso, agradece a participação, a presença e as informações da Polícia Militar na
138 reunião. Jane passa a palavra para Renata Borges, que informa sobre a questão do
139 Boletim de Ocorrência no Município de Apucarana, ela frisa que se a Polícia Militar
140 ou Polícia Civil não colocarem no campo do Boletim de Ocorrência a Orientação, a
141 Identidade de Gênero, nunca teremos dados para debater sobre políticas Públicas,
142 vai estar se falando de violência sem dados, é preciso que entendam que quando é
143 solicitado para colocar as Orientações e ou Identidade de Gênero é para que ocorra
144 um avanço enquanto população, para que se possa mapear essas violências, reitera
145 também que nas cidades do Interior, existe uma dificuldade das Policias e dos
146 Batalhões entenderem isso, porque em alguns Boletins de Ocorrência que ela pega
147 quando está envolvendo mulheres Trans, quando se lê parece que está falando de
148 homens, e que é cansativo sempre trazer essas prerrogativas. **3. Aprovação da**
149 **Ata:** Mateus informa que a seguir será feito a aprovação das Atas do dia
150 30/09/2024, do dia 04/12/2024 e 13/01/2025 – Extraordinária. Atas aprovadas, sem



151 ressalvas. **4. Definição de detalhes para a Conferência Estadual 2025.** Jane
152 passa a palavra para a Coordenação dos Direitos Humanos, Nádia Alves Leandro,
153 que informa que Leonardo Brasileiro e Jhonatan Stadler irão apresentar hoje o
154 Manual construído por eles, elaborado de uma forma mais prático e didático, para
155 facilitar a organização das Conferências Municipais, agradece o empenho e trabalho
156 de ambos, e também o apoio do Comitê, que está andando lado a lado com a
157 Coordenação, avisa que no próximo dia treze está marcado uma reunião com os
158 gestores Públicos, na tentativa de criar mais engajamento e o maior número possível
159 de Municípios que façam as Conferências Municipais para que possamos vir com
160 muita força na Conferência Estadual e com bons Delegados. Leonardo Brasileiro
161 (CODH) inicia a apresentação do **Manual das Conferências Municipais LGBTI+**,
162 que demonstra como realizar as Conferências Municipais, e assim replicar para o
163 maior número de pessoas possível, tanto para Gestores Públicos como para a
164 Sociedade Civil, será apresentado na reunião do dia treze próximo para os Gestores
165 Públicos, e hoje a apresentação para o Comitê. Bruna solicita a palavra para fazer
166 um questionamento de como a Secretaria de Justiça vai se posicionar com o Comitê
167 e a Organização da Conferência, de orientar e dar suporte aos Municípios, que o
168 Movimento Social que for realizar essa Conferência, que não tiverem apoio da
169 Gestão Municipal com a questão do transporte até a Conferência Estadual. Outro
170 ponto, é como está o diálogo do Governo do Estado com a Secretária Nacional, e
171 como está sendo criado esse diálogo *institucionalmente com os Governos*
172 *Municipais, (a partir desse ponto o áudio da Bruna ficou inaudível).* Leonardo
173 responde que estão em diálogo interno dentro da Secretaria, e a SEJU tem se
174 mostrado muito favorável *nesse sentido de conseguir trazer os delegados da*
175 *Sociedade Civil até Curitiba para a Conferência Estadual, dentro dos documentos*
176 *das diretrizes que foram criados, os delegados dos Municípios é obrigação do*
177 *Município para trazer, os delegados da Sociedade Civil é obrigação da SEJU, em*
178 *paralelo conversaram sobre a questão do tráfego para a Conferência Nacional com*
179 *o Ministério, e também a Secretaria se mostrou muito favorável para conseguir*
180 *levar 58 delegados para a Conferência Nacional, ainda não foi confirmado se vai ser*



181 possível conseguir a passagem de todos eles, por isso iniciou-se um diálogo
182 também com o Ministério, e caso haja uma negativa do Estado, podem entrar em
183 contato com o COHD para que possamos resolver essa situação, parcial ou total, é
184 um diálogo que está aberto tanto com a SEJU, o Governo do Estado e com o
185 Ministério. Mateus comenta sobre problemas do áudio da Bruna e que algumas falas
186 tenham se perdido, fala que a Secretaria tem um grupo que irá realizar uma reunião
187 com os Gestores Municipais pra falar da importância de fazer as Conferências, tem
188 esse diálogo com os Municípios, mas a maior responsabilidade desse Comitê é
189 incentivar através da divulgação tanto desta apresentação, quanto trazendo as
190 dúvidas dos Interiores para que consigamos responder e dar esse suporte,
191 lembrando que temos um GT só sobre as Conferências e convida a todos para
192 participarem. Leonardo coloca outra questão citada por Bruna, que se a Gestão do
193 Município não quiser realizar a Conferência é uma questão que estão tentando
194 evitar, por isso todos os Municípios estão sendo contatados para participarem,
195 quem são os responsáveis pela parte dos Direitos humanos, e se tem
196 especificamente de LGBTQI+, e que o ideal seria uma parceria da sociedade civil e
197 governo, uma questão de conseguir os delegados municipais bem como os espaços
198 para realizar as Conferências, que muitas vezes são espaços públicos, ainda estão
199 em busca dessas parcerias, caso não ocorra, é uma conversa que teremos que ter e
200 buscar soluções, agradece a atenção de todos e todas, e que se alguém tiver
201 alguma dúvida para elucidar, estão a disposição. Mateus agradece a apresentação
202 do Leonardo, elogia o trabalho realizado por ele e o Jhonatan, e fala que é preciso
203 divulgar esse material para o maior número de pessoas possível, também tem
204 alguns pontos que foram trazidos, primeiro ponto que no documento tem vários links,
205 que caem naqueles arquivos que vão abrir outro documento e lá tem modelo, tem a
206 legislação que se aplica, tem tudo ali, outro ponto podemos pensar em estratégias,
207 sobre o que a própria Bruna trouxe, sobre os Municípios que não querem fazer essa
208 Conferência, até o documento Nacional fala que as Instituições ou Sociedade Civil
209 pode contatar o Ministério Público ou OAB para tentar fazer esse movimento,
210 podemos analisar talvez sobre enviar um Ofício desde já para MP e OAB, como se



211 fosse um tipo de informação circular para que fique mais claro para os Municípios
212 sobre essa necessidade de fazer esse movimento e que também é uma obrigação
213 do Município fazer. Outro ponto é sobre a questão da classificação dos eleitos, como
214 não sabemos quantos Municípios vão fazer as Conferências Municipais, não
215 sabemos quantos delegados que conseguiremos trazer para Curitiba, o ideal é que
216 sejam eleitos por classificação, seria como uma eleição preliminar, porque só depois
217 de se fazer um levantamento poderemos chamar e trazer essas pessoas. Renata
218 Borges pergunta se ela ajudar na parte da implementação do diálogo junto com a
219 Prefeitura, se ela pode concorrer como delegada, Leonardo responde que sim. Jane
220 passa a palavra para o Murilo Tadra, que cumprimenta todos (as), que indaga sobre
221 a questão de que depois das Conferências feitas, dos delegados eleitos, na questão
222 de trazê-los para a Conferência Estadual, de quem é a responsabilidade a respeito
223 das despesas de traslado e hotel. Leonardo responde que as pessoas que são
224 funcionários da Prefeitura o transporte é custeado pelo Município, a Sociedade Civil
225 quem garante a passagem é a SEJU, fica por conta do Estado, a hospedagem do
226 evento é custeada pela SEJU, a organização da Conferência Estadual, tanto para
227 funcionários Municipais como para a Sociedade Civil. Jane passa a palavra para a
228 Márcia, informa que a última Conferência Nacional foi realizada junto com a
229 Conferência das pessoas com Deficiência, e que foram atropelados (as) por
230 cadeirantes religiosos que não aceitavam LGBT+, e foi muito incomodo essa
231 situação, pergunta se o Comitê tem a informação se essas duas Conferências vão
232 ser realizadas no mesmo local. Fabian Algarte (IBRAT) se apresenta e informa que
233 está no Conselho Nacional LGBT, e informa que essas Conferências não vão
234 acontecer no mesmo tempo, que a Conferência LGBT vai ser distinta, singular, num
235 espaço próprio em Brasília. Diego Carvalho, da Direção Estadual da UNALGBT do
236 Paraná, está representando o Presidente Diego Lima e a Vice Presidenta Jéssica
237 Magno, e antes de iniciar sua fala, quer deixar registrado aqui, lembrar um fato
238 histórico que acontece hoje em Curitiba, o julgamento de Guaranhos, o assassino de
239 Marcelo Arruda, então na sua fala quer pedir justiça para o seu amigo. E frisa que
240 estão acompanhando em Foz do Iguaçu sobre a Conferência, e tem alguns pontos



241 relevantes que considera importante, e da necessidade do Estado abrir um diálogo
242 para que todos os Municípios realizem essa Conferência, como membro de entidade
243 LGBT sabe da importância dessa Conferência e desse esforço conjunto, sobre a
244 questão dos delegados e vagas, é preciso ser mais contemplativo, e como dirigente
245 LGBT sente preocupação nos passos dessas Conferências, a Estadual e a Nacional,
246 e como entidade a UNALGBT se coloca a disposição para ajudar, e que se consiga
247 construir de fato as Conferências contemplando os delegados que irão participar e
248 tendo uma massiva participação nesse evento. Nádia agradece Diego por suas
249 contribuições, e inicia sua fala que enquanto Coordenadora informa que sim, o
250 Governo do estado está fazendo esse diálogo com os Municípios, não é uma missão
251 fácil e acessível, inclusive pela mudança de gestão, que ocorreu a pouco tempo
252 , existe então uma barreira de atualização nos contatos, mas além de um contato
253 massivo por e-mail, temos uma equipe ligando para todas as Prefeituras do Estado,
254 esse trabalho está sendo feito pela Coordenação, e sobre as diretrizes, ainda há
255 muito o que evoluir, porém as diretrizes que o Estado do Paraná adotou, são as
256 mesmas do Governo Federal, mas infelizmente para essa Conferência, não há muito
257 o que se possa fazer referente a alterações. **5. Inclusão de Pauta:** Mateus informa
258 que complementando também que a obrigação do Comitê ou Conselho além de
259 trazer esses documentos, essas informações, é incentivar de alguma maneira para
260 que o Município realize a Conferência, inclusive com a pauta trazida por Diego, seria
261 importante votarmos aqui sobre o envio de Ofícios para esses Órgãos: a OAB, para
262 a Defensoria Pública e o Ministério Público, pedindo que eles reforcem e enviem
263 para os Interiores, sobre a necessidade das realizações das Conferências. Aprovado
264 sem ressalvas. Jane solicita aprovação para inverter a Pauta dos Informes Gerais,
265 da SESA, sobre o Serviço Hospitalar no processo transexualizador, Lucimar precisa
266 se ausentar antes do término da reunião. Inversão de Pauta aprovada. **6. Informes**
267 **Gerais. 6.1 – Informes da SESA: Serviço Hospitalar no processo**
268 **transexualizador.** Lucimar agradece a aprovação da inversão de Pauta e comunica
269 que o informe sobre a questão do processo transexualizador no âmbito do SUS que
270 tem a portaria vigente 2803 de 2013, que prevê dois serviços nesse processo no



271 âmbito do SUS que é o Ambulatorial e o Hospitalar. O Ambulatorial hoje tem 4
272 serviços no Estado, o CEPAC Estadual de 2014, que é o precursor nesse
273 atendimento, para atender seus Municípios, em 2022 o Município de Curitiba
274 implantou o serviço na modalidade Ambulatorial, no início de 2023 Londrina também
275 instituiu o seu Ambulatório, então esses três citados inicialmente, o CEPAC
276 Estadual, o de Curitiba e o de Londrina ambos da Gestão Municipal tem a
277 contrapartida do Estado para o hormônio, que é fornecido pela Secretaria de Estado
278 da Saúde. Informa também que recentemente o Município de Maringá tem o seu
279 ambulatório e atende seus Municípios, também já fez o pedido de aplicação do
280 serviço junto ao Ministério da Saúde, mas no momento está suspenso, porém ele
281 atende as pessoas que moram em Maringá, informa que esse é mais ou menos o
282 cenário que tem na modalidade Hospitalar, o Estado do Paraná não tem o serviço, e
283 há uma grande demanda, inclusive aqui no Comitê já foi muito discutido, a partir de
284 2017 a Defensoria Pública fez uma recomendação para que o Hospital de Clínica,
285 um Hospital público, de qualidade, que fosse um serviço de referência nessa
286 modalidade, lembrando que temos atualmente 9 serviços na modalidade Hospitalar
287 instalados no Brasil, portanto é um grande desafio. No Paraná foi em 2017 e essas
288 tratativas vem com seus avanços e seus recuos e com a pandemia, toda e qualquer
289 situação foi suspensa na saúde, foi uma questão de saúde pública, em 2022 quando
290 o perfil epidemiológico já estava mais tranquilo, o HC, a SESA e a Secretaria
291 Municipal de Saúde, retomaram as tratativas e desde 2022 está nesse processo de
292 negociação, com a retomada em julho de 2024, o HC acenou que começaria a
293 ofertar algumas cirurgias secundárias dentro do processo Trans, sinalizou que
294 começaria com uma uma cirurgia por mês, a histerectomia e também a
295 mastectomia, basicamente voltada para os homens Trans. Em dezembro de 2024 foi
296 anunciado que foi realizada a primeira cirurgia de histerectomia em um homem
297 Trans, foi um marco. Informa também que no momento o HC está passando por
298 mudanças de Diretoria, porém a pessoa que ficará responsável, já sinalizou que
299 quer continuar ofertando as cirurgias, o serviço ainda tem que passar por toda uma
300 solicitação de credenciamento junto ao Ministério da Saúde, e a questão do



301 Ambulatório de Curitiba e Londrina, viemos aqui como compromisso, sabemos que
302 é um processo difícil, não só no âmbito dos Órgãos da Secretaria do Estado da
303 Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Complexo Hospitalar, Hospital de Clínicas,
304 são tratativas intensas e muitas reuniões, até se chegar a noticiar a primeira cirurgia.
305 E os requisitos da portaria para entrar na modalidade ambulatorial é de 18 anos, e
306 para o processo de qualquer cirurgia é de 21 anos com no mínimo de dois anos de
307 acompanhamento no ambulatório, a partir disso, não existe uma fila, assim como
308 não tem um serviço regulado no Estado, e com a sinalização do HC, o serviço
309 SEPAC Estadual, a descentralização do Municipal, buscou-se uma fila onde ainda é
310 tudo muito manual, não tem nada ainda em regularização, começaram a serem
311 chamadas para uma fila de acompanhamento das pessoas que estão inseridas nos
312 serviços de 2014 e 2015, estão sendo contatadas, e também passarão por uma
313 equipe do HC de médicos, Assistente Social, Psicologia, todo processo cirúrgico
314 como deve ser, esse cuidado no acolhimento acontece nos Ambulatórios e nos
315 Hospitais também, vieram para passar essas informações considerando que é de
316 utilidade e importante para todos. Renata Borges inicia com uma saudação para
317 Antônio Vitor Barbosa, da Defensoria Pública pelo brilhante trabalho que realiza no
318 Estado do Paraná, e diz que é muito importante esses avanços que a Secretaria de
319 Saúde traz, mas que essa narrativa vem de muitos anos, estamos falando de uma
320 portaria 2803 de 2013, que garante a realização de uma cirurgia no processo
321 transexualizador, mas o Estado do Paraná ainda não tem nada acordado, para que
322 se possa realizar essas cirurgias em outro Estado, é muito bom que os homens
323 Trans já estão acessando, mas as mulheres Trans ainda não, (problemas no áudio),
324 fala que o SEPAC é um Órgão maravilhoso, uma médica maravilhosa o único
325 problema é que só tem uma médica para atender no Paraná. Jane passa a palavra
326 para Antônio Vitor, que inicia cumprimentando a todos e todas, agradece Jane, e
327 informa que tem umas perguntas direcionadas a Lucimar, especialmente em relação
328 aos avanços e tentativas de avanço nessas tratativas, que temos faltado
329 recorrentemente, tanto no âmbito Estadual, Municipal ou do próprio HC, e no
330 período pós pandemia, as negociações não estavam avançando, a DP instalou uma



331 mesa de conversa e negociação, tivemos alguns avanços do ponto de vista do HC,
332 que sinalizou positivamente, embora tenha apresentado uma tabela com valores na
333 época de quanto seria o impacto de RH e recursos, mas a EBSE RH que é uma
334 espécie de agência reguladora dos HC havia sinalizado positivamente e a Prefeitura
335 de Curitiba também, no Estado tinha uma reunião agendada para abordar essa
336 questão, que foi cancelada, mas posteriormente informaram que estavam dando
337 andamento em tratativa. Pergunta também o que falta objetivamente do ponto de
338 vista das atribuições e competências do Estado para que haja a habilitação na
339 modalidade Hospitalar, sabemos que a Ambulatorial já existe, mas que haja
340 efetivamente o pedido e a apresentação para habilitação perante o Ministério da
341 Saúde para que ocorra essa disponibilização. E a outra pergunta é se irão agendar
342 novamente a conversa, a DP acredita muito na proposta do diálogo, os Gestores
343 dialogando, é assim que se dá democraticamente a realização da construção de
344 Políticas Públicas. **7. Encerramento:** Assim, foi encerrada a Reunião Plenária do
345 Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos
346 Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e
347 Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do
348 Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da
349 Rocha. Revisada por Lisandra Silvério.